

ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS: UM ESTUDO ACERCA DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Carlise Eyng Mayer¹, Nathalia Berger Werlang²

¹Bacharel em Administração pelo Centro Universitário FAI; E-mail: carliseemayer@gmail.com

²Professora e Pesquisadora do Centro Universitário FAI; Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nathaliabw@gmail.com

RESUMO

A administração rural vem se destacando pela importância do controle e planejamento nas empresas rurais, por meio da utilização de ferramentas de gestão, que possam auxiliar o agricultor na definição dos custos, despesas e da lucratividade de sua produção. Sendo assim, o presente trabalho tem como principal objetivo identificar os fatores que influenciam a tomada de decisão, na administração das propriedades rurais do município de Itapiranga-SC. Foi desenvolvido um estudo de natureza descritivo e de abordagem quantitativa, operacionalizado por meio de uma *survey*. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado, de respostas abertas e fechadas, junto a 154 agricultores do município de Itapiranga – Santa Catarina. Com base nos dados e análises, pode-se verificar que as principais decisões são tomadas levando em consideração informações e experiência, custo/benefício, num planejamento prévio, rotineiras ou inovadoras, frequentemente compartilhadas e o tempo de resposta são decisões frequentemente ágeis e rápidas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultor. Tomada de Decisão. Propriedades Rurais.

ABSTRACT

Rural management has been emphasizing the importance of control and planning in rural enterprises, through the use of management tools that can help the farmer in defining the costs, expenses and profitability of his production. Therefore, the main objective of this study is to identify the factors that influence decision-making in the management of rural properties in the municipality of Itapiranga-SC. A descriptive and quantitative research was carried out using a survey. For data collection, a structured questionnaire was used, with open and closed answers, with 154 farmers in the city of Itapiranga - Santa Catarina. Based on the data and analyzes, it can be seen that key decisions are made taking into account information and experience, cost / benefit, prior planning, routine or innovative, often shared and response times are often agile and fast decisions.

KEYWORDS: Farmer. Decision making. Rural properties.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no cenário mundial trazem consequências importantes para os setores produtivos, principalmente para a agricultura. É importante saber produzir, mas antes disso, é fundamental conhecer todos os pontos que envolvem a gestão administrativa e financeira da propriedade rural, melhorando a capacidade gerencial do produtor. A partir desta realidade, as mudanças são significativas e atingem a todos, portanto é essencial que o produtor rural tenha comportamento adequado para gerenciar suas atividades e sua propriedade de forma a permanecer e se fortalecer num mercado cada vez mais competitivo e onde a eficiência e a eficácia são palavras fundamentais para a sobrevivência (DEBÉRTOLIS, 2005).

A propriedade rural deve ser encarada como uma empresa produtora de bens e serviços. Para as propriedades rurais a Administração Rural tem como finalidade proporcionar ao

produtor a possibilidade de minimizar os riscos em suas atividades através do planejamento e do controle de investimentos e de custos de produção (ANTUNES; ENGEL, 1999).

Para Crepaldi (2004), a administração rural é o conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua empresa agrícola, com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.

Sabe-se que o processo de decisão é fator delimitador do sucesso ou do fracasso de qualquer empresa constituída legalmente ou não, sendo ela do setor primário ou secundário. Assim, a empresa rural para ser competitiva precisa analisar criteriosamente suas tomadas de decisões, a fim de aperfeiçoar sua produção e maximizar sua renda (CREPALDI, 2004).

Tacchi (2016) destaca que o produtor rural não pode basear suas decisões apenas em intuições, empirismo ou confiar simplesmente no acaso, para alocação mais eficiente de seus recursos produtivos. Hoje o desempenho do agricultor depende de atitudes administrativas modernas e com boa qualidade, para garantir a continuidade da sua empresa rural e sua permanência no campo. A deficiente administração e insuficiente tecnologia vêm causando níveis de produtividade muito baixos, além de custos de produção muito elevados que estão dificultando o sucesso na agricultura, principalmente em pequenas propriedades rurais.

Santa Catarina destaca-se entre os principais estados brasileiros produtores de alimentos, apresentando elevados índices de produtividade por área, utilização de tecnologia e características de produção familiar, em mais de 90% das propriedades rurais. O setor agropecuário representa 12,8% do PIB estadual, e considerando-se todas as atividades do agronegócio, a contribuição ao PIB estadual ultrapassa os 20% (EPAGRI; CEPA, 2011).

Vale salientar também, que a região do Oeste catarinense caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente na agricultura familiar, tendo constituído o maior cluster agroindustrial de aves e suínos do país e posição expressiva na produção láctea nacional (PLEIN, 2005). Portanto o presente trabalho tem por finalidade abordar a importância da tomada de decisão na administração das propriedades rurais da cidade de Itapiranga –SC.

A cidade fica localizada no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina e foi emancipada politicamente em 30 de dezembro de 1953. A cultura alemã predomina, sendo que em nível de país, a cidade é conhecida como o Berço Nacional da Oktoberfest, a festa da cultura alemã, tendo em vista que a primeira Oktoberfest no Brasil foi realizada na comunidade de Linha Presidente Becker em 1978. A sua base da economia é a agropecuária, com cultivo de milho, fumo, soja e criação de aves, suínos e gado de leite (ITAPIRANGA, 2018). Além de existir várias pequenas, médias e grandes indústrias instaladas no município e possuir mais de 17 mil habitantes (IBGE, 2016).

Diante deste cenário, o estudo se justifica com novos estudos que são essenciais para avançar no tema e obter resultados mais relevantes a respeito da tomada de decisão em propriedades rurais. Esta pesquisa pretende contribuir como referencial teórico dando suporte aos gestores das propriedades, bem como para os futuros gestores e para os próprios indivíduos compreenderem a tomada de decisão, e assim conseguir conquistar melhores resultados.

O trabalho está estruturado em cinco sessões, incluindo esta primeira. Na segunda parte é apresentada a revisão literária, abordando a conceituação da Administração Rural e o Processo Decisório. A terceira parte contempla os procedimentos metodológicos que fundamenta a pesquisa. Na sequência, apresentam-se as análises dos resultados, e, por fim, as considerações mais relevantes sobre a temática abordada, as limitações e as sugestões para estudos futuros.

2 ADMINISTRAÇÃO RURAL

Nos dias de hoje, o conceito de geral de Administração Rural está sendo relacionado à necessidade de controlar e gerenciar um número cada vez maior de atividades que podem ser

desenvolvidas dentro de uma propriedade do setor agropecuário. O aspecto administrativo voltado ao ramo agropecuário se caracteriza por uma grande dificuldade no controle das variáveis. O setor apresenta uma grande variabilidade nos fatores administrativos inerentes à atividade agrícola, devido às condições de ambiente em que a mesma está inserida (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

A empresa rural pode ser conceituada conforme Mendes e Padilha Junior (2007), como as propriedades independentes do tamanho, que cumprem sua função de produção, apresentam bons índices de produtividade e são capazes de proporcionar condições de vida digna para o produtor, sua família.

Pode-se considerar que a propriedade rural precisa ser competitiva, estar sempre buscando inovações tecnológicas, baseando-se em acontecimentos da atualidade, juntando o maior número de informações para que o desempenho da atividade agrícola se desenvolva com sucesso, obtendo lucro (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

Basicamente o que constitui o campo de ação do administrador rural é “o que”, “quando” e “como” produzir. O conjunto destas ações, bem como controlar o andamento dos trabalhos e avaliar os resultados, visando maximizar os lucros, se faz necessário à sustentabilidade da atividade (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2002). Para tanto, é de fundamental relevância, por parte do administrador rural o conhecimento dos fatores que afetam os resultados econômicos, os quais são de natureza externa e interna.

Ainda de acordo com os autores Santos, Marion e Segatti (2002) dentre os fatores de natureza externa estão: Preços dos produtos; Clima; Existência de mercado para o produto; Política de crédito e financiamentos; Transporte; e Disponibilidade de mão de obra na região. Já os fatores internos são: Tamanho da empresa agropecuária; Rendimentos dos cultivos e criações; Seleção e combinação das atividades produtivas; Eficiência na mão e obra; e Eficiência do equipamento.

Ressalta-se ainda que o administrador não tem controle sobre os fatores externos, deve conhecê-los para tomar as decisões ajustando-se a eles. Análises de mercado e de clima se fazem de extrema importância para determinação dos possíveis produtos a serem explorados futuramente (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

O empresário rural necessita conhecer exatamente a quantidade e o valor de cada bem que constitui o capital da empresa que dirige. É fácil verificar que os diversos tipos de capital apresentam características bem diferentes. Assim, as benfeitorias, os animais e as máquinas e implementos permanecem em uso na empresa durante vários anos. Já os insumos, uma vez utilizados, desaparecem imediatamente, sendo, portanto, consumidos dentro do ano agrícola em curso. Esse fato é de enorme importância para quem dirige uma empresa agrícola, porque o administrador deve ter especial cuidado com a conservação daqueles capitais que permanecem por vários anos na empresa (CREPALDI, 2006).

No entanto, Santos, Marion e Segatti (2002) comentam que um dos grandes problemas relacionados à gestão atualmente, é a utilização incorreta ou até mesmo o desprezo das ferramentas administrativas. Observa-se, que ainda hoje, boa parte dos produtores rurais adota decisões condicionadas apenas à sua experiência, à tradição, potencial da região e à disponibilidade de recursos financeiros e de mão-de-obra. Quando a rentabilidade é baixa, o produtor percebe, mas tem dificuldade em quantificar e identificar os pontos de estrangulamento do processo produtivo. Daí a importância de uma boa gestão de custos que auxilie o produtor na tomada de decisões estratégicas em seu empreendimento.

Crepaldi (2006) menciona que “o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisões”. O empresário rural precisa gerir financeiramente seu empreendimento, pois a maioria das decisões dentro da propriedade é fundamentada em termos financeiros.

Numa visão ampla, é imprescindível para o sucesso da propriedade rural que o produtor esteja muito bem informado sobre o comportamento de seus custos de produção, para que, deste modo, possa elaborar estratégias de ação fundamentadas em dados confiáveis, buscando as melhores alternativas e estratégias possíveis para seu empreendimento, além de possibilitar a visualização antecipada de restrições e dificuldades impostas pelas mudanças de mercado (FLORES; RIES; ANTUNES, 2006).

Portanto, em concordância com Crepaldi (2006), permanece hoje uma necessidade de atualização constante dos meios de gerenciar as empresas rurais, para que dessa forma possam alcançar resultados de produção e conseqüente produtividade, garantindo assim o sucesso da propriedade. Busca-se isso através de tecnologias que contribuem para o melhor controle e rendimentos, minimizando custos.

2.1 TOMADA DE DECISÃO

O ser humano está constantemente passando por transformações, cabe a ele escolher o caminho a seguir, neste processo de transformação se vê envolvida uma constante decisão em suas escolhas onde pode lhe levar tanto ao sucesso quanto ao insucesso.

As decisões são escolhas tomadas com base em propósitos, são ações orientadas para determinado objetivo e o alcance deste objetivo determina a eficiência do processo de tomada de decisão. Pode se dizer que é o processo pelo qual são escolhidas algumas ou apenas uma entre muitas alternativas para as ações a serem realizadas. É uma escolha, determinar o que se deve fazer, onde, como e quando. Para tomar uma decisão, deve-se levar em consideração que essa escolha trará efeitos ou resultados. Também deverão ser analisados os reflexos que a mesma poderá causar no momento e no futuro (OLIVEIRA, 2004).

O produtor rural está constantemente tomando decisões, ou seja, determinando que ação deverá tomar, com vista a escolher corretamente entre alternativas de produção que melhor se encaixe em sua propriedade. Todo problema quando se deve tomar uma decisão, seja individual, seja ele em uma organização, envolve o julgamento sobre um conjunto de alternativas. Supõe-se que a decisão deva ser tomada no presente, mas os seus efeitos terão sentidos ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2004).

Uma das grandes dificuldades dos produtores rurais, conforme Crepaldi (2006), está em gerar informações reais que auxiliem na tomada de decisões. Diante disso, o administrador rural necessita conhecer qual é o rendimento de sua atividade produtiva, as despesas, para que assim, possa avaliar os seus resultados.

Entretanto, Santo (2001) afirma que “a competitividade passou a ser condição decisiva para continuar na atividade”. Os agricultores estão sendo levados a explorar intensivamente os recursos de suas propriedades, percebe-se isto através da área plantada por cultura, que aumentou para se adequar a economia de escalas das máquinas.

Conforme Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) a gerência da produção agrícola é diferenciada e particularmente mais difícil que nos demais setores da economia. O equilíbrio entre a oferta e a demanda da produção, numa situação de queda de preços não é retomado simplesmente por uma decisão gerencial. Assim, a sustentabilidade do meio rural, depende de pesquisas em para poder prever, identificar e solucionar dificuldades que vão surgindo como as pragas e doenças, e conseguir baixar custos de produção para obter uma rentabilidade maior.

Contudo, em concordância com Crepaldi (2006), permanece hoje uma necessidade de atualização constante dos meios de gerenciar as empresas rurais, para que dessa forma possam alcançar resultados de produção e conseqüente produtividade, garantindo assim o sucesso da propriedade. Busca-se isso através de tecnologias que contribuem para o melhor controle e rendimentos, minimizando custos.

Problemas de decisão abrangem desde situações simples, que devem ser tratadas por pessoas comuns trabalhando individualmente, ou até cenários altamente complexos, senão nações inteiras podem sofrer os efeitos da tomada de decisão. Os resultados da decisão podem ter um efeito passageiro ou permanente, por isso, a necessidade de avaliar adequadamente a situação envolvida na tomada de decisão. Para que os resultados da decisão surtam efeitos positivos e construtivos, quando oferecer alternativas de melhorias no processo produtivo de qualquer empresa, não diferenciando ramo de atuação ou tamanho da empresa (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

Uma decisão qualquer é na verdade um processo sequencial de etapas que no seu conjunto formam uma determinada decisão. Nessa perspectiva, pode-se resumir o processo em três etapas: definição do problema, estabelecimento de alternativas de solução e escolha da solução mais adequada. Quando a situação é por demais complexa e exige diferentes modelos de implementação para solução do problema (BARROS NETO, 2001).

Hoje não se pode mais considerar intuições, tradições ou acasos na tomada de decisões nas empresas rurais, pois não garantem aplicação correta de recursos e acertos nos investimentos. O produtor rural precisa ter conhecimento das condições do mercado e dos recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades. Será ele quem deve decidir, conforme afirma Crepaldi (2006), “o que, quanto e como produzir, controlara ação após iniciar a atividade e, por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com previstos inicialmente”.

Apesar de todos os avanços referentes às modernas tecnologias principalmente de informações, Mendes e Padilha Junior (2007) afirmam que se pode observar que o papel da contabilidade, de gerar informações que permitem a tomada de decisões, como base em dados consistentes e reais como responsável pelo controle econômico das atividades e seus eventos, e desta forma deixando os administradores sem as ferramentas necessárias para tomada de decisões. Mesmo com as crescentes mudanças tecnológicas na agropecuária, pouco se fez em relação ao gerenciamento das propriedades, e ao produtor rural que ainda não é visto como administrador ou tomador de decisão.

A decisão do agricultor é complexa, nela existem elementos de tradição, de aprendizado, de condições de infra-estrutura, motivos psicológicos e sociais e principalmente elementos econômicos de desejado lucro. A força ou a influência dos diversos componentes da decisão depende também dos tipos de agricultores. Os que são orientados pela tradição, terão dificuldades em mudar de cultura, mesmo que as mudanças sejam compensadoras. A infra-estrutura de uma propriedade rural tem força acentuada na tomada de decisão, se não puder ser adaptada à cultura a tendência e a mudança será menor (BARROS NETO, 2001).

O sucesso de uma empresa rural, de acordo com Santos, Marion e Segatti (2002), depende primeiramente de seu gerenciamento, onde é preciso ter aptidão técnica e administrativa para a aplicação racional dos recursos como: as terras, máquinas, implementos. É necessário saber utilizar os recursos humanos, infraestrutura da propriedade, os animais reprodutores e assim como as informações, como conhecimento para a tomada de decisões, levando em consideração os fatores internos e externos de produção, tais como o mercado e o clima da região, podendo assim garantir o lucro da empresa e seu crescimento.

Contudo, o agricultor precisa conhecer bem sua propriedade, seus pontos fortes e seus pontos fracos, para que possa os investimentos corretos, ou seja, investir na atividade mais viável para sua propriedade, obtendo assim muito mais chances de ser bem sucedido, e garantindo o futuro de sua propriedade. De acordo com Crepaldi (2006) para que tudo isso seja possível basta ter planejamento, quanto mais bem for planejada a propriedade melhores serão os resultados obtidos, pois para quem não sabe aonde quer chegar qualquer lugar serve e é essencial que saiba o que se quer atingir no futuro.

Portanto, é importante ressaltar que a administração e gerenciamento das atividades rurais se tornam essenciais para a sua sobrevivência na realidade atual, que é a competitividade. Dessa forma Lourenzani e Souza Filho (2005) ressaltam que controlar todas as atividades rurais torna mais simples a tomada de decisões, pois assim, pode-se conhecer a realidade em que a empresa rural se encontra e trabalhar com maior eficiência buscando um resultado econômico satisfatório.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se realiza a partir de uma pesquisa quantitativa com base descritiva, orientado por uma pesquisa teórico-empírica, mediante a avaliação e produção de conhecimentos, pois além da coleta de informações secundárias em livros e artigos, o estudo abrange dados primários, coletados por meio de pesquisa de campo.

Em virtude da sua natureza teórico-empírica, o estudo coletou dados primários, por meio da técnica de levantamento ou *survey*. Segundo Gil (2010), é característico dessa técnica o desenvolvimento de estudos e pesquisas auto-administradas, de modo que o pesquisado não conta com auxílio do pesquisador. A pesquisa através de *survey* caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, procedendo-se a solicitação de informações a um grupo de pessoas sobre o problema pesquisado para, em seguida, mediante uma análise quantitativa, se extrair conclusões dos dados coletados.

Vale destacar também, que o trabalho passou pelo CEP- Comitê de Ética em Pesquisa, na qual foi aprovado.

A coleta de dados contou com a aplicação de questionário junto aos agricultores, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, interesses, expectativas, sentimentos, situações vivenciadas, etc. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2016. O questionário é formado de 64 questões abertas e fechadas de Dalcin (2010), relacionadas aos aspectos sociais, pessoais, inovações, organizacionais, institucionais, descrição da tomada de decisão, caracterização das decisões de produção e investimento da produção, investimento e perfil do respondente.

O Bloco 1 correspondeu às inovações, na qual foi composta por 5 perguntas fechadas, que visou identificar se existe inovação na propriedade. O Bloco 2 correspondeu à vida social do entrevistado, na qual foi composta por 8 perguntas fechadas. O Bloco 3 correspondeu sobre a organização da propriedade, na qual foi composta por 7 perguntas variadas entre abertas e fechadas. O Bloco 4 correspondeu às Instituições, se recebe apoio das mesmas, incluindo 7 perguntas fechadas. O Bloco 5 correspondeu a Descrição da Tomada de Decisão, na qual envolveu 7 perguntas fechadas.

O Bloco 6 correspondeu a Caracterização das Decisões de Produção e Investimento da Produção, na qual envolveu 3 perguntas fechadas e 1 quadro que foi composto por um conjunto de variáveis que buscou identificar qual a importância destes fatores na hora da tomada de decisão quando for produzir, com as seguintes opções, sendo que: 1- Nada importante; 2 – Pouco importante; 3 – Medianamente importante; 4 – Importante; 5 – Muito importante. Lembrando que não existe resposta certa ou errada, o que se busca é a opinião.

O Bloco 7 correspondeu aos investimentos relacionados com a propriedade, na qual foi composta por 15 perguntas variadas em abertas e fechadas. O Bloco 8 correspondeu ao perfil do respondente, composta por 6 perguntas. E por fim, o Bloco 9, correspondeu a perguntas pessoais, na qual também foi composta por 6 perguntas variadas.

A pesquisa obteve retorno de 154 questionários considerados válidos, coletados com produtores rurais entrevistados, de forma aleatória. Quanto à análise e interpretação, inicialmente foi realizada uma análise primária dos dados, a qual constitui em uma análise

univariada dos mesmos, pois refere-se à apreciação de cada característica ou variável, por exemplo frequências, médias, porcentagens.

Os dados coletados na etapa quantitativa foram tabulados e analisados com o auxílio dos softwares *Microsoft Excel* e *SPSS Statistics 22*, por meio da adoção de modelos de análise univariados, conforme procedimentos destacados: análise descritiva - medidas média, desvio padrão, coeficiente de variação (cv), valores mínimo e máximo observados. O próximo capítulo apresenta os principais resultados encontrados na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo abordará a análise da pesquisa executada com o intuito de apurar o perfil dos produtores rurais selecionados pela pesquisa, bem como, apresentando às ações mais presentes, voltadas a tomada de decisão e características da propriedade.

A pesquisa apontou quanto à faixa etária dos respondentes que a média se concentrou em 35,86, sendo que a idade mínima foi de 18 anos e máxima de 60 anos, e teve 07 respondentes que não informaram. Destacando assim, a maturidade dos produtores respondentes da pesquisa.

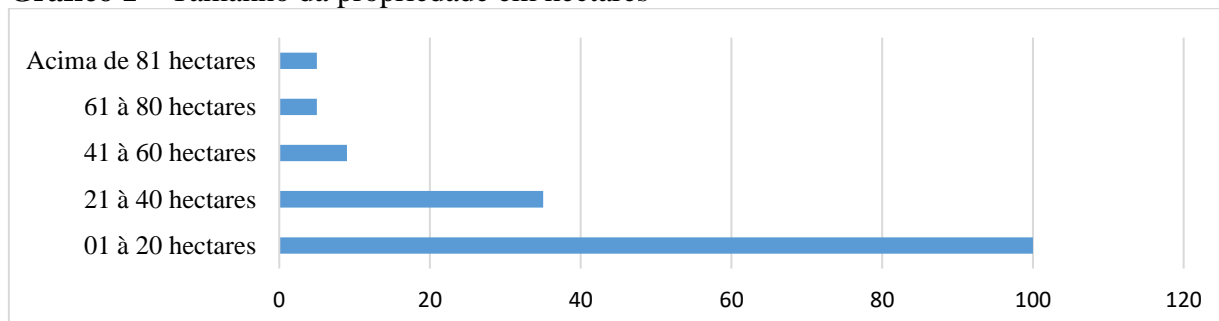
No quesito gênero, a pesquisa apontou que 70,10% (108) foram do gênero masculino e 29,90% (46) do feminino. Considerando que a pesquisa foi realizada por acessibilidade, os produtores rurais eram entrevistados aleatoriamente, não levando em consideração esta característica.

Já o estado civil apontou que 67,50% (104) são casados(as) ou estão em união estável, 30,50% (47) são solteiros (as) e apenas 1,9% (03) estão separados(as) ou divorciados(as). Isso se deve, pois a maioria das propriedades são gerenciada por casais.

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes, verificou-se que 51 entrevistados, 33,3% possuem ensino fundamental incompleto. Outros 30 produtores, representando 19,5% do total, que afirmaram ter ensino médio completo. Estas duas alternativas correspondem a cerca de 52,8% do total dos entrevistados. No entanto, houve um expressivo percentual de respondentes cursando o ensino superior (20), correspondendo a 13,0% do total de entrevistados. Já o ensino fundamental completo, também se destacou com 17,5% (27) respondentes. Poucos entrevistados possuem o ensino superior completo (07) ou pós-graduação (03), onde os dois casos somados representam apenas 6,4% dos entrevistados.

A área que os agricultores possuem para o seu trabalho e produção de seus produtos, também foi analisada, e é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tamanho da propriedade em hectares



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

A maior parte das propriedades da amostra analisada apontou que possui de 01 a 20 hectares, que correspondem a 66,4% das propriedades analisadas. Desta forma, a média catarinense que foi apontada pelo Censo Agropecuário - IBGE (2006), como tendo em torno de 31,2 hectares por propriedade, figura com um índice ligeiramente acima da região analisada.

A pesquisa destacou quanto à linha ou comunidade de residência dos produtores rurais entrevistados, na qual são mostrados na Tabela 1. Conforme apresentados os dados, não houve uma homogeneidade, variando o número de respondentes de uma comunidade para outra, porém, servindo como base para elencar os construtos da pesquisa.

Tabela 1 – Comunidade rural de residência dos respondentes

Comunidade	Frequência	(%)
Cotovelo	23	14,9
Popi	19	12,3
Soledade	19	12,3
Becker	13	8,4
Maria Goretti	08	5,4
Santa Isabel	08	5,4
Santo Antônio	08	5,4
Conceição	07	4,5
Santa Fé Alta	06	3,9
Coqueiro	05	3,2
Rikía	05	3,2
São Ludgero	05	3,2
Sede Capela	05	3,2
Guáira	03	1,9
Santa Cruz	03	1,9
Santa Fé Baixa	03	1,9
São Sebastião	03	1,9
Demais comunidades	11	7,1
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

No quesito profissão a pesquisa destacou 90,9% (140) agricultor(a), em seguida, estudante com 5,2% (08), além de assalariado rural, assalariado temporário, pluriatividade e prestação de serviço com 3,8%. Isso pode ocorrer devido ao fato de a pesquisa já ser dirigida para agricultores e ou filhos.

Já em relação à origem étnica dos entrevistados, constatou-se que 94,8% (146) são alemães, 2,6 (04) italianos, 1,9 (03) portugueses e 0,6(01) poloneses. Também pode-se observar que, dos entrevistados 100% são filhos de agricultores, fato que mostra que todos têm uma ligação muito forte (desde pequeno) com o meio rural.

Contudo, tem-se a cultura, principalmente no município de estudo, uma vez que a colonização foi baseada em famílias alemãs, de que a figura do pai representa a principal responsabilidade na agricultura familiar. Cultura esta que, secularmente, elege a figura masculina como responsável pelas atividades que devem ser desenvolvidas fora do espaço da casa, sendo que este é visto, historicamente, o lugar da mulher (MELO; NABUCO, 2002).

A principal fonte de renda é agrícola com 98,7% (152) dos entrevistados e não agrícola para os outros 1,2% (2), esta vinda da construção civil ou empresa familiar. Outra observação importante é quanto ao tempo dedicado para a agricultura, na qual 84,4% (130), é integral, em 11,0% (17) é metade do tempo e em 4,5% (07) é eventual.

As atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas são mostradas na Tabela 2. Observa-se que a maioria das atividades é de produção primária, com pouca agregação de valor no produto e a atividade que mais se destaca é o leite com 42,3 % dos respondentes.

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas propriedades

Atividade	Frequência	(%)
Leite	127	42,3
Suínocultura	52	17,3
Produção de grãos	50	16,7
Produção de tabaco	24	8,0
Avicultura	13	4,3
Gado de corte	7	2,3
Produtos agrícolas	7	2,3
Plantação de eucalipto	5	1,7
Produção de feno	5	1,7
Prestação de serviços	4	1,3
Galinhas (ovos)	2	0,7
Criação de novilhas	2	0,7
Horticultura	1	0,3
Psicultura	1	0,3
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

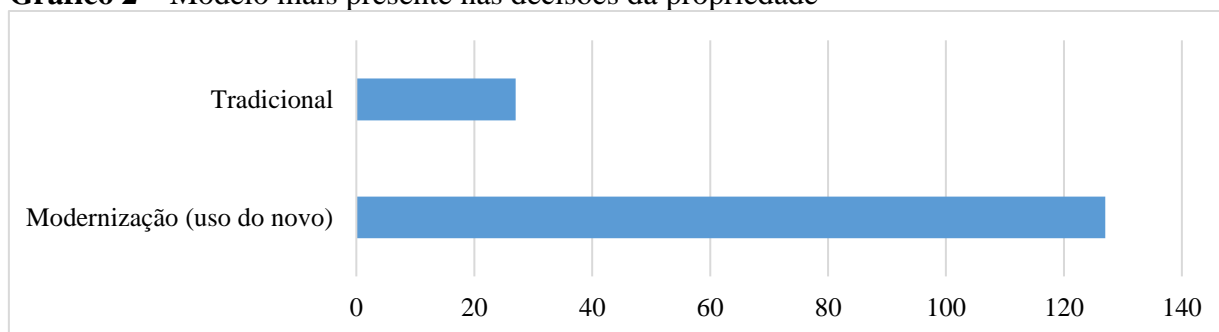
Contudo, ao analisar a tomada de decisão nas propriedades, identificou-se que o responsável pela gestão (tomada de decisão) na propriedade, em sua maioria, 96,1% é feita pelo proprietário(a), enquanto que administrador externo, família, sócio(a) e proprietário e sócio apontou apenas 3,9%. Além de em 68,8% dos casos, é o homem quem toma a decisão, enquanto que em 25,4%, a família decide em conjunto, 3,2% é o filho e 2,6% é a mulher.

Outra análise realizada foi em relação a gestão da mesma. Dentre elas, 53,9% das propriedades possuem a mesma gestão acima de 20 anos, 16,2% de 11 a 15 anos, 11,7% de 06 a 10 anos, 9,1% de 16 a 20 anos e 9,1% menos de 05 anos. Cabe destacar aqui, que muitas propriedades são geridas pela mesma gestão a mais de 20 anos, ou seja, elas devem estar entrando em processo de sucessão familiar.

Esse processo sucessório, segundo Padilha (2011) tem como objetivo de designar o sucessor que ficará no lugar do fundador da empresa, sendo que este sucessor deverá estar preparado para assumir o desafio de dar continuidade à empresa e o sucedido deverá auxiliar o sucessor nesta transferência de poder.

No que tange à influência dos mais velhos na tomada de decisões, identificou-se que 58,4% é média, 25,4% que é alta, sendo que 9,1% apontaram que é baixa, 4,5% que é muito baixa e 2,6% que é muito alta. Isto reflete que a maioria dos entrevistados, possui uma forte ligação com seus pais ou anfitriões.

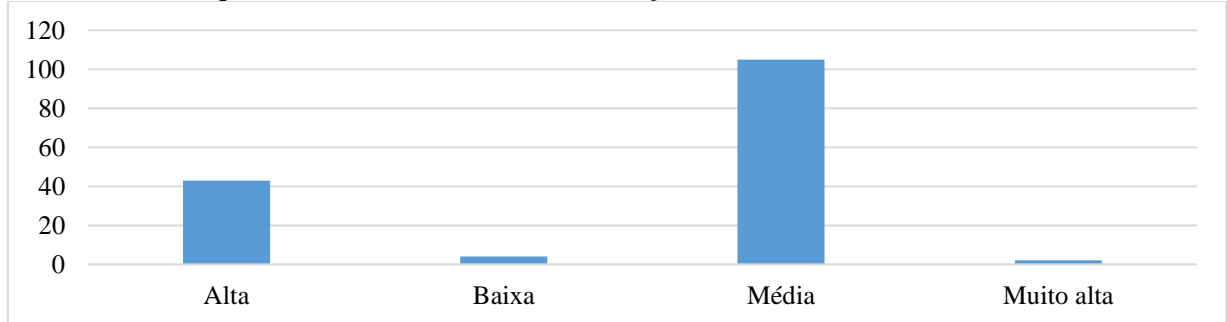
Uma propriedade rural pode ser considerada tradicional ou moderna em termos de produção, estrutura, maquinários, tecnologias, inovações, uso de produtos, entre outros. No Gráfico 2, é apresentada o perfil das propriedades estudadas.

Gráfico 2 – Modelo mais presente nas decisões da propriedade

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

A pesquisa apontou que 82,5% dos respondentes consideram sua propriedade modernizada, enquanto que 17,5% as consideram tradicionais. Já o Gráfico 3, mostra a frequência/intensidade da modernização na propriedade.

Gráfico 3 – Frequência/intensidade da modernização

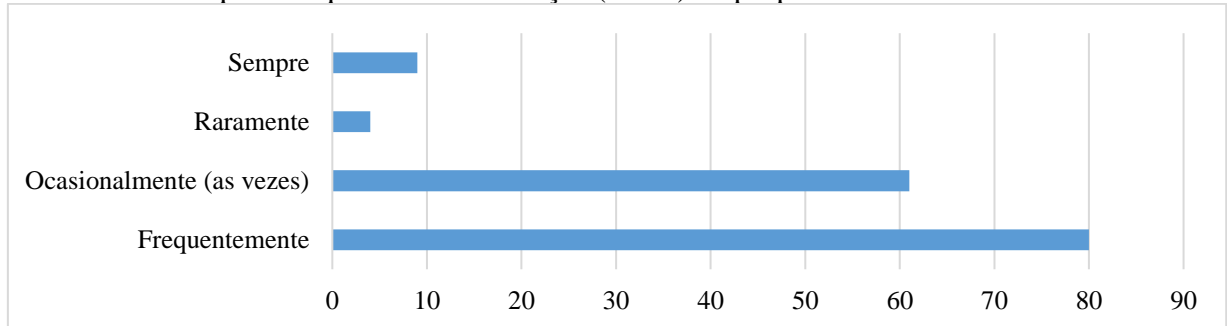


Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Sendo que, 68,8% apontaram que a frequência/intensidade é média, 27,3% que ela é alta, e apenas 2,6% que ela é baixa e 1,3% que ela é muito alta. Portanto, percebe-se que as propriedades rurais estão evoluindo com o tempo, na qual os agricultores estão frequentemente modernizando e “usando o novo”, para acompanhar o mercado e também para diminuir o serviço manual/braçal na propriedade.

Ligado ao elemento da modernização ou tradição pode-se observar que as propriedades costumam realizar mudanças ou inovações, no Gráfico 4 é apresentada a sua frequência.

Gráfico 4 – Frequência que efetua mudanças (inova) na propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Dos entrevistados, 52,0% responderam que efetua mudanças ou inovações frequentemente, 39,6% ocasionalmente, 5,8% sempre e 2,6% raramente.

Quanto ao tipo de inovação ou mudança que costuma realizar na propriedade, observa-se que em 40,0% dos casos elas acontecem na forma de produzir, sendo que estas são consideradas mudanças mais peculiares à atividade e não a propriedade com um todo, 33,7% em novas máquinas e equipamentos, 25,7% em mudança na atividade produtiva e 0,5% em experimentos e experiências novas.

Outro fator importante analisado é o tipo de tração utilizada, sendo que 53,2% utilizam tração mecânica própria, outros 26,6% usam tração mista, 11,7% usam tração mecânica aluguel, 6,5% usam tração animal e ainda 1,9% usam tração simples/braçal. A justificativa deve-se principalmente pela exigência da atividade, com 55,2% dos entrevistados, outros 26,6% pelas condições da terra, 8,4% pela falta de recursos, 7,8% pela tradição, e % variadas.

Outra pergunta analisada, foi sobre serem ou não pessoas de liderança na comunidade e ou sociedade, sendo que 59,7% se consideram e 40,3% não. Portanto, os dados mostram que mais que a maioria dos entrevistados, atua como líderes, apoiando e ajudando a sua

comunidade. Em relação à participação em associações ou cooperativas de agricultores, detectou-se que 74,0% participam e os outros 26,0%, não. Outra questão posta em análise foi quanto ao tipo de associação em que os respondentes costumam participar. Pode-se destacar que a maior participação nestas associações é na Igreja com 25,0%, seguida por cooperativa de produtores com 21,3%, associação esportiva ou recreativa com 20,0%, sindicato com 14,8%, associação de produtores com 9,1%, associação cultural e educacional com 8,0% e partido político com 1,7%.

Foi analisado também, se a opinião dos amigos e vizinhos contribui para as decisões da propriedade, sendo que 37,0% apontaram que contribui ocasionalmente, já 33,7% apontaram raramente, e 14,3% apontaram que contribui frequentemente e 15,0% entre outras.

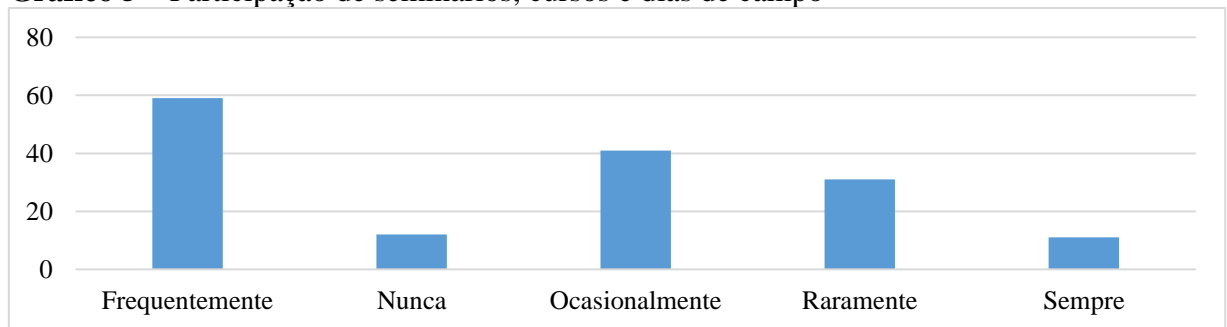
Elemento também relevante para a pesquisa foi quanto ao uso do computador e a internet. Observou-se que 91,6% possui computador e 8,4% não. Já o acesso à internet, 92,2% possui acesso e 7,8% não. Em relação ao uso, de como um instrumento de informação para a tomada de decisões na propriedade, dos que possuem acesso à internet (140), 68,8% disseram que sim e os outros 23,4% que não usam.

Quanto à leitura e/ou “escuta” de notícias relacionadas à agricultura, a maioria dos respondentes 51,9% costumam ler ou escutar notícias relacionadas à sua atividade frequentemente, 31,8% sempre, 9,7% ocasionalmente e 11,0% entre outras, sendo este um meio que pode ser considerado muito importante na tomada de decisões na propriedade.

O estudo de Dalcin (2010) apontou que a maioria dos agricultores sempre ou frequentemente costumam ler ou escutar notícias relacionadas à sua atividade. Neste estudo, verificou-se respostas semelhantes no que tange a busca de informações pelos respondentes.

Em relação à participação de cursos, seminários e outros eventos relacionados à agricultura, é apresentado no Gráfico 5.

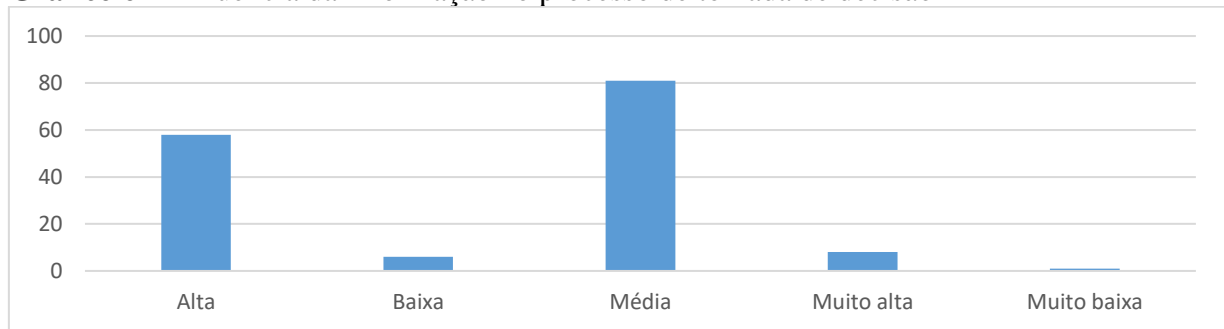
Gráfico 5 – Participação de seminários, cursos e dias de campo



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Foi analisado que 39,0% participam frequentemente, 26,0% ocasionalmente, 20,1% raramente e 14,9% entre outras. Portanto, a maioria procura sempre estar em busca de algo novo, principalmente em termos de produtos e melhorias para a propriedade.

Sobre a influência da informação no processo de tomada de decisão é apresentado no Gráfico 5. A influência da informação no processo de tomada de decisão foi caracterizada pelos respondentes com 53,9% como média, 36,4% como alta, 5,2% como muito alta, 3,9% como baixa e 0,6 como muito baixa.

Gráfico 6 – Influência da informação no processo de tomada de decisão

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Quanto à atividade produtiva predominante na propriedade, 96,8% estão ligados com a comercialização de seus produtos e 3,2% produzem apenas para o seu autoconsumo. Já, a mão-de-obra utilizada na propriedade, 83,8% afirmaram que ela é apenas familiar, já 15,6% afirmaram que ela é familiar e assalariada e 0,6 apenas assalariada.

Em relação à infraestrutura, como máquinas, equipamentos e benfeitorias usadas na propriedade 72,1% entendem que estes são suficientes para as atividades que desenvolvem e 27,9% entendem que não são suficientes. Na quais estas são 76,6% próprias, 16,2 ambas e 7,2 alugadas.

Quanto às condições gerais da propriedade em infraestrutura, 70,1% consideram-na em condições boas, 19,6% consideram as condições regulares, 9,7% muito boas e 0,6% ruins. O faturamento das atividades agrícolas (renda bruta/valor da produção) não foi declarado por 55,8%. Outros 3,9% declararam que é de R\$10.000 mensal e 3,2% que é de R\$20.000 mensal e 37,1% declararam valores variados. Com esses dados obtidos, percebe-se que o agricultor ainda é muito fechado, na qual não gosta de declarar a sua renda e fica sempre com o pé atrás se esse dado for usado para outros afins.

Constatou-se também que 77,9% dos entrevistados afirmam fazer controle contábil e 22,1% não. Este controle refere-se, na maioria dos casos em custos/despesas, em seguida por vendas/compras, movimentação bancária e viabilidade e custo benefício. Em 50,6% o controle é feito no papel, em 15,6% no computador e os demais 11,7%, controlam apenas na cabeça, na qual não pode ser considerado efetivamente como um controle contábil.

Com relação à assessoria técnica para o controle contábil, apenas 17,7% dos que fazem controle, a realizam, sendo principalmente do contador ou da cooperativa e em alguns casos contam com o auxílio de técnicos ou de empresas privadas. Já se estes dados são usados para a tomada de decisão, 74,7% concordam e 3,2 não concordam.

Quanto à importância das políticas públicas (governo, estado, município) para as decisões da propriedade 36,4% afirmam ser média, 33,8% ser baixa, 24,5% ser muito baixa e 5,2% ser alta. Em relação, se procura ou tem ajuda de órgão como Universidade/instituições de apoio para as decisões 40,9% afirmam que nunca tiveram 37,0% que raramente, 15,6% ocasionalmente, 5,8% frequentemente e 0,6% sempre.

Outra pergunta relevante para este estudo é se o entrevistado recebe assistência técnica e da sua importância/relação com esta, na qual 89,6% recebem assistência e 10,4% não recebem. A importância/relação com esta em 45,4% é média, 35,1% alta, 5,2% muito alta e 3,2% baixa. Contatou-se também que para 52,6% dos entrevistados a assistência técnica é para auxílio na produção, seguida por 15,4% na organização na propriedade, 12,3% em investimentos e 9,3% na comercialização.

Dentre as entidades que prestam a assistência técnica nas propriedades, a cooperativa é a mais frequente com 40,9%, seguida de empresa privadas, com 37,0% (em grande número aos laticínios), e 7,1% a EPAGRI. Quanto à comercialização de produtos, a principal fonte são as

cooperativas com 35,9% seguida pelas empresas privadas com 27,3% e as agroindústrias com 23,7%. Dos entrevistados, 44,8% consideram a importância/influência destas entidades como média e 32,5% como alta. Já, a compra de insumos é feita através de 56,5% em cooperativas e 24,0% em empresas privadas.

Quando questionados se suas decisões eram mais baseadas em análise custo/benefício ou intuição/impulso, 85,7% responderam em custo/benefício, 11,7% em ocasionalmente uma ou outra, e apenas 1,3% em intuição/impulso. Quando indagados sobre a base de suas decisões, 66,2% responderam que elas são baseadas em um planejamento prévio, 19,5% responderam que dependendo do momento, que ambas são utilizadas por eles e 13,0% responderam que elas se baseiam nas demandas e necessidades emergentes. Na qual esses resultados são muito bons para esta pesquisa.

Em relação às decisões, elas são tomadas (voltadas) prioritariamente para médio prazo com 70,8%. Quanto à forma de decisão, 29,9% dos entrevistados responderam que elas são frequentemente ágeis e rápidas, como são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Forma de decisão demorada ou rápida

Decisão	Frequência	(%)
Frequentemente ágeis e rápidas	46	29,9
Frequentemente reflexivas e demoradas	42	27,3
Ocasionalmente uma ou outra	41	26,6
Sempre reflexivas e demoradas	14	9,1
Sempre ágeis e rápidas	11	7,1
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Por meio destes dados, analisou-se que os mais velhos tomam decisões mais reflexivas e demoradas e os mais novos com tendência de serem mais ágeis e rápidas, pois a geração mais velha tende a ser mais cautelosa em suas decisões, levando em consideração vários aspectos e a geração mais nova tende a ser mais impulsiva, sem pensar muito nas consequências das decisões tomadas ou então pela maioria da geração já possuir um nível intelectual mais avançado.

Em relação ao fato das decisões serem inovadoras ou rotineiras, em 32,6% tendem a ser ocasionalmente uma ou outra, ou seja, dependendo do momento, que ambas são utilizada por eles, seguida por 30,5%, que responderam frequentemente inovadoras, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Forma de decisão inovadora ou rotineira

Decisão	Frequência	(%)
Ocasionalmente uma ou outra	50	32,6
Frequentemente inovadoras	47	30,5
Sempre inovadoras	29	18,8
Frequentemente rotineiras	23	14,9
Sempre rotineiras	5	3,2
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Portanto, através destes dados, sugere-se que pode haver relação entre a idade e as características das decisões, pois com mais de 40 anos decidam de forma rotineira e com menos de 40 de forma mais inovadora. Sendo que os resultados mostraram que a maioria das propriedades tem decisões inovadoras, ou seja, possuem uso de novas tecnologias e inovam constantemente.

Quanto à forma de decisão centralizada ou compartilhada, para 24,7% as decisões são frequentemente compartilhadas, como são observadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Forma de decisão centralizada ou compartilhada

Decisão	Frequência	(%)
Frequentemente compartilhadas	38	24,7
Frequentemente centralizadas	33	21,4
Ocasionalmente uma ou outra	33	21,4
Sempre compartilhadas	28	18,2
Sempre centralizadas	22	14,3
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Portanto, percebe-se que as decisões são frequentemente compartilhadas ou frequentemente centralizadas, ou uma ou outra, dependendo do momento. Portanto, percebe-se que essa forma de decisão é bem variada, sendo que, quando são compartilhadas entre todos, são diminuídos os riscos e reduzidos os custos de manutenção de um ativo da propriedade. E quando são centralizadas, uma pessoa toma as decisões, não comunicando aos demais.

Em relação à base das decisões, 30,5% responderam que ocasionalmente uma ou outra, ou seja, dependendo do momento, que ambas são utilizadas por eles, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Forma de decisão baseada em informações ou experiência

Decisão baseadas	Frequência	(%)
Ocasionalmente uma ou outra	47	30,5
Sempre em informações	37	24,0
Frequentemente na experiência	31	20,1
Sempre em informações	29	18,8
Sempre na experiência	8	5,8
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Sugere-se que a faixa de 41 a 50 anos é uma etapa de transição entre o maior uso de informações e decisões baseadas na experiência, que, portanto, há uma pequena inclinação para que os com mais de 50 anos decidam com base na experiência e os mais novos em informações.

Entretanto, outra pergunta que se destacou foi em relação às decisões de produção em 89,6% são tomadas em conjunto, 8,4% pelo marido, 1,3% pela esposa e 0,6% por um administrador externo. Em relação aos critérios para a comercialização, 57,8% garantem que seja a obtenção do melhor preço, 40,9% que seja a garantia de compra e 1,3% que seja ambas. Já sobre a época de comercialização, 80,5% responderam que seja na safra e 19,5% na entre safra. Para explicar a escolha da época de comercialização, 63,6% justificam que, era por melhores preços, 25,3% para pagamento de dívidas e 11,0% para cumprir contrato.

Em relação à importância dos fatores na hora da tomada de decisão voltada à produção, a Tabela 7 apresenta a média, o mínimo e o máximo, bem como o desvio padrão para cada uma das respostas, atribuídas.

No quesito importância dos fatores na hora da tomada de decisão em relação à produção, identificou-se como média mais alta, que alcançou 4,51, foi à qualidade do produto, e logo em seguida, teve destaque a possibilidade de lucro/rentabilidade da atividade com média de 4,45.

Tabela 7 – Média, desvio padrão e valor mínimo e máximo

Afirmações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
AT1 – Clima	4,42	0,955	1	5
AT2 – Riscos	4,16	0,801	2	5
AT3 – Capacidade de uso de solo	4,22	0,909	1	5
AT4 – Tradição da família	3,36	1,176	1	5
AT5 – Comercialização garantida (fácil)	4,17	1,015	1	5
AT6 – Experiência própria (o que sabe/gosta)	4,12	0,885	1	5
AT7 – Possibilidade de lucro/rentabilidade da atividade Custo de produção	4,45	0,833	1	5
AT8 – Condições da propriedade (localização, acesso)	4,10	0,861	1	5
AT9 – Mercado/demanda	4,18	0,874	1	5
AT10 – Assistência técnica	3,92	1,041	1	5
AT11 – Qualidade do produto	4,51	0,760	1	5
AT12 – Meio ambiente (cuidados com)	4,26	0,839	1	5
AT13 – Infraestrutura/equipamentos	4,21	0,773	1	5
AT14 – Mão de obra	4,23	0,869	1	5
AT15 – Terra disponível	4,29	0,891	1	5
AT16 – Disponibilidade de recursos financeiros	4,27	0,895	1	5
AT17 – Disponibilidade de recursos (insumos)	4,31	0,805	1	5
AT18 – Risco da atividade	4,16	0,901	1	5

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Também apresentam destaque as questões relativas ao clima, com média de 4,42, com destaque ainda para a disponibilidade de recursos (insumos) que apresentou média de 4,31, conforme a pesquisa realizada entre os produtores rurais.

Em relação às alternativas que obtiveram menor média registrada na pesquisa podem ser destacadas a tradição da família e a assistência técnica, ficando com médias de 3,36 e 3,92 respectivamente, o que vem ao encontro de Metzger (2016) que existem vários tipos de tradição nas famílias, mas que nem todas as tradições são positivas. Na qual, toda família devia montar suas próprias ideias e montar suas tradições, para manter a sua família mais unida.

Outro fator importante para as decisões são os investimentos. Segundo Pedrazzi e Vieira (2009) a análise de investimentos de capital é uma técnica econômico-financeira que serve para mensurar a viabilidade de projetos nos mais diversos setores da economia e é a partir dela que os gestores, os investidores e as instituições de crédito terão subsídios para tomar a decisão de investir e/ou fornecer crédito. Elas são tomadas em 88,3% em conjunto, 7,1% pelo marido, 1,9% por um administrador externo, entre outros. Percebe-se que as decisões de futuro, são tomadas por todos os integrantes da família, na maioria das propriedades. As decisões de onde adquirir os recursos para investimentos, em 44,8% são com base na experiência, 30,5% há tempos já pega nesse local e 20,1% pela facilidade, entre outros.

Quanto às decisões de onde adquirir os recursos para investimento, 43,5% responderam que são próprios, 39,6% que fazem financiamentos particulares e 15,6% dos entrevistados é governamental. Além disso, as decisões de investimento em 58,4% são voltadas para médio prazo, 33,1% para longo prazo e 7,1% para curto prazo.

Para as decisões de onde investir, 36,4% responderam de acordo com os recursos disponíveis, 31,2% pela oportunidade que surge, 26,6% pela necessidade momentânea e 4,5% pela tradição. Já para as decisões de quanto investir 43,5% de acordo com os recursos disponíveis, 26,6% pela oportunidade que surge, 24,7% pela necessidade momentânea, 2,6% pela tradição e 1,3% pela indicação de terceiros.

Contudo, para as decisões de como investir, 54,5% responderam que era através do planejamento, 17,5% de acordo com os recursos disponíveis, 17,5% pela oportunidade que surge, 6,5% pela necessidade momentânea, 2,6% pela tradição e 1,3% pela indicação.

Na Tabela 08, observa-se os principais investimentos realizados nas propriedades pesquisadas nos últimos 5 anos.

Tabela 8 – Principais investimentos realizados

Investimentos	Frequência	(%)
Aquisição de equipamentos/implementos	60	15,4
Aquisição de trator	47	12,1
Ampliação de estabularia	36	9,2
Modernização na propriedade	31	7,9
Construção de nova sala de ordenha	30	7,7
Compra de animais	22	5,6
Compra de terra	22	5,6
Melhoria na lavoura	18	4,6
Aquisição de carro novo	16	4,1
Construção de um galpão	16	4,1
Aquisição de sementes de qualidade	13	3,3
Ampliação de chiqueiro	12	3,1
Construção de casa nova	12	3,1
Melhorias na casa	11	2,8
Manutenção do chiqueiro	10	2,6
Melhoramento genético (compra de sêmen)	9	2,3
Melhoria no aviário	8	2,1
Aquisição de colheitadeira	4	1,0
Aquisição de caminhão	2	0,5
Construção de compost barn	2	0,5
Demais atividades	3	0,9
Não declarado	6	1,5
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Dentre os investimentos que mais se destacaram, aparecem com 15,4% a aquisição de máquinas/implementos/equipamentos e 12,1% a aquisição de trator. Contudo, as três necessidades futuras principais em investimentos destacadas pelos respondentes, são mostrados na Tabela 9.

A pesquisa revelou que 13,8% é em melhoria de estruturas. Ressalta-se que os entrevistados apresentam dificuldade em relatarem sobre o que farão ou precisarão no futuro, pois tudo depende dos recursos e do andamento de um bom preço nas atividades desenvolvidas na propriedade.

Os investimentos em 51,9% dos casos são voltados para a expansão da capacidade produtiva, 40,3% para a modernização/melhoria tecnológica, 4,5% para a substituição de bens de capital depreciados e 3,2% para a implementação de nova atividade. Os principais investimentos são geralmente voltados para 40,9% para a estruturação da propriedade, 22,7% para a organização da unidade de produção ou das atividades produtivas, 20,7% para a produção e 15,6% para a comercialização de produtos.

Tabela 9 – Principais necessidades futuras de investimento

Investimento	Frequência	(%)
Melhoria de estruturas	36	13,8
Aquisição de equipamentos/implementos	23	8,8
Melhoria na lavoura	20	7,7
Compra de terra	17	6,5
Modernização	16	6,2
Aumento de produção	13	5,0
Melhoramento genético	12	4,6
Compra de animais	12	4,6
Ampliação de sala de trato	10	3,8
Construção/ampliação de chiqueiro	10	3,8
Construção de sala de ordenha	9	3,5
Aquisição de trator	9	3,5
Construção de galpão	7	2,7
Aquisição de carro novo	6	2,3
Construção de casa nova	6	2,3
Manutenção de maquinário	5	1,9
Estudo dos filhos	5	1,9
Irrigação para pastagens	5	1,9
Conservar maquinário	4	1,5
Outras	10	4,0
Não declarado	25	9,6
Total	154	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

De acordo com Pedrazzi e Vieira (2009), para se determinar a implantação de um projeto de investimento, deve-se primeiramente conhecer os métodos para sua avaliação, que levem em consideração o efeito e o risco sobre o valor do projeto. Portanto essas decisões devem ser tomadas pelo custo/benefício e pelo retorno que dará de volta. Esses investimentos no mercado são geralmente voltadas em 76,0% para a ampliação e 24,0% para a manutenção. Já os investimentos da organização são em 61,7% voltados para os recursos humanos e 38,3% para os controles gerenciais.

As decisões de investimento de produção são voltadas para 42,2% no aumento da produtividade, 39,7% na melhoria da qualidade, 12,7% no aumento da escala de produção e 5,5% na diversificação produtiva. Já as decisões de investimento de estrutura produtiva são voltadas em 52,3% em melhoria/aumento das benfeitorias, 29,0% em aquisição de máquinas e equipamentos, 17,6% em aquisição de terra, 0,5% em estrutura para receber turistas e 0,5% em aquisição de animais para produção de leite.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou ir além do simples entender sobre o processo de decisão, buscando compreender sob os aspectos do perfil do respondente, pessoais, sociais, inovações, organizacionais, institucionais, descrição da tomada de decisão, caracterização das decisões de produção e investimento da produção e investimento mais aprofundado que afetam o processo de tomada de decisão, ou seja, se elas seriam da natureza da decisão, no embasamento, no tipo de ação, no tempo de reposta, entre outros.

Para concretização do objetivo, usou-se como amostra 154 agricultores do município de Itapiranga-SC, os quais possuem peculiaridades importantes para a pesquisa.

Destaca-se nessa pesquisa, que a maioria dos entrevistados tem mais de 40 anos e o tempo de escolaridade mais presente é o ensino fundamental incompleto e o tempo de gestão mais predominante é de mais de 20 anos, ou seja, os tomadores de decisão são geralmente homens

maduros, com muito tempo na gestão e pouca escolaridade, o que significa que há poucos empreendedores novos.

Em relação aos aspectos pessoais, destaca-se que a maioria é de origem alemã e 100% dos entrevistados são filhos de agricultores e a maioria acha a influência dos mais velhos, média. Além disso, a maioria dos entrevistados se considera modernos e fazem mudanças, principalmente na forma de produzir, e a tração usada na maioria é mecânica própria, mista ou alugada.

Dos aspectos organizacionais destaca-se que 96,8% das propriedades são de atividade comercial, sendo que a maioria possui de 1 a 20 hectares, a mão de obra é familiar e o faturamento predominante é de R\$10.000 mensal à R\$20.000 mensal. Ressalta-se ainda, que a maioria dos gestores das propriedades realiza um controle contábil.

Esse estudo procurou ir além de um simples entender, o processo de tomada de decisão, buscando vários elementos ou fatores que influenciam. Conclui-se, que os dados revelaram que as decisões são baseadas no custo/benefício, num planejamento prévio, em informações e experiência, rotineiras ou inovadoras, frequentemente compartilhadas e o tempo de resposta são decisões frequentemente ágeis e rápidas e geralmente são tomadas prioritariamente para médio prazo.

Em relação às decisões de produção e investimento, destaca-se que a maioria delas são tomadas em conjunto pela família. A maioria dos recursos para os investimentos são próprios e a decisão de onde adquiri-lo, na maioria das vezes, se dá pela base na experiência. Já as decisões de onde e quanto investir são de acordo com os recursos disponíveis e como investir é realizado através do planejamento. Destaca-se que os principais investimentos realizados nos últimos 5 anos foram em: aquisição de equipamentos/implementos e a aquisição de trator e a principal necessidade de investimentos futuros é na melhoria das estruturas e aquisição de equipamentos/implementos.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho contribui para conhecimento de alguns elementos relevantes ao processo de tomada de decisão, até então eram pouco exploradas na literatura nacional. Considera-se que se conseguiu atingir o objetivo principal deste trabalho, pois se observou que os aspectos em investigação influenciam o processo de tomada de decisão, dando a ele características particulares.

Entretanto, é possível observar algumas limitações desta pesquisa, uma delas refere-se à amostra, a qual poderia ser ampliada para que os dados tivessem maior confiabilidade, porém a amostra usada é considerada satisfatória para os fins deste estudo. Salienta-se também que os resultados do estudo se restringem a realidade local e faz com que não necessariamente estes sejam aplicáveis a outras realidades do país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. **Manual de administração rural: custo de produção**. 3. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

BARROS NETO, J. P. **Teoria da administração**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DALCIN, D. O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DEBÉRTOLIS, A. J. **Trabalhador na administração de propriedades em regime de economia familiar**. 2. ed. Curitiba: Senar, 2005.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI; CENTRO DE SOCIOECONÔMICA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA – CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. 2011. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/sintese_2010.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

FLORES, A. W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. **Gestão rural**. Porto Alegre: Dos Autores, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Itapiranga**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapiranga/panorama>>. Acesso em: 31 out. 2016.

ITAPIRANGA. Prefeitura Municipal. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.itapiranga.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/29748>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

MELO, L. A.; NABUCO, F. J. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: EABEP, 2002.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

METZGER, S. P. **Tradições familiares constroem famílias fortes**. 2016. Disponível em: <<https://familia.com.br/890/tradicoes-familiares-constroem-familias-fortes>>. Acesso em: 31 out. 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e prática**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADILHA, A. **As fases da sucessão na gestão da empresa familiar**. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/as-fases-da-sucessao-na-gestao-da-empresa-familiar/54083/>>. Acesso em: 31 out. 2016.

PEDRAZZI, D. R.; VIEIRA, S. F. A. O processo de tomada de decisão de investimentos de capital nas micro, pequenas e médias empresas: um estudo de caso do setor metalúrgico de Londrina-PR. **Facsi em revista**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.facesi.edu.br/facsiemrevista/downloads/numero1/artigo03.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

PLEIN, C. A formação da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: o caso das colônias porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 79-102, 2005.

SANTO, B. R. E. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TACCHI, M. **Propriedade rural exige administração eficiente e profissional**. 2016. Disponível em: <<http://agrisoft.com.br/artigos/72-propriedade-rural-exige-administracao-eficiente-e-profissional>>. Acesso em: 12 ago. 2016.